



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

10/11/2012



INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. DECISÕES.....	1
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. DECISÕES.....	2 - 3
2.2. DESEMBARGADORES.....	4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. COMARCAS.....	5 - 6
3.2. DECISÕES.....	7 - 8
3.3. PRESIDÊNCIA.....	9
3.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	10
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. JUÍZES.....	11
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. CASO DÉCIO SÁ.....	12 - 14
5.2. PRISÃO.....	15 - 18
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. DECISÕES.....	19
6.2. JUÍZES.....	20 - 21
6.3. PRESIDÊNCIA.....	22
6.4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	23 - 24

▷ INDENIZAÇÃO

Mãe de detento assassinado em Pedrinhas será indenizada

O Estado do Maranhão deve indenizar, em R\$ 80 mil, a mãe de um presidiário assassinado, em junho de 2006, com vários golpes de chuva, por outro detento, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. A decisão é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e confirma sentença do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública, José Jorge Figueiredo dos Anjos. No seu voto, o relator do processo, desembargador Stélio Mu-

niz, observou que o detento foi assinado quando estava sob custódia do Estado, que tinha a obrigação de garantir a integridade física e preservar a vida do interno.

O desembargador considerou razoável e proporcional o valor da indenização, tendo em vista o sofrimento e os danos suportados pela mãe da vítima. Os desembargadores Vicente de Paula e Jamil Gedeon acompanharam o voto do relator.

Mãe de detento assassinado em Pedrinhas será indenizada pelo Estado

O Estado deve indenizar em R\$ 80 mil a mãe de um presidiário assassinado, em junho de 2006, com vários golpes de chuço, por outro detento, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.
PAG.08

JUSTIÇA

Mãe de detento assassinado em Pedrinhas será indenizada pelo Estado

O Estado deve indenizar em R\$ 80 mil a mãe de um presidiário assassinado, em junho de 2006, com vários golpes de chuço, por outro detento, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. A decisão é da 3ª Câ-

mara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e confirma sentença do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública, José Jorge Figueiredo dos Anjos.

No seu voto, o relator do processo, desembargador

Stélio Muniz, observou que o detento foi assinado quando estava sob custódia do Estado, que tinha a obrigação de garantir a integridade física e preservar a vida do detento.

O desembargador considerou razoável e proporcio-

nal o valor da indenização, tendo em vista o sofrimento e os danos suportados pela mãe da vítima.

Os desembargadores Vicente de Paula e Jamil Gedeon acompanharam o voto do relator.

VISITA

Secretário Pedro Fernandes recebe comissão do Sinproesemma



Secretários reunidos com o desembargador Froz Sobrinho

O secretário de Estado de Educação, Pedro Fernandes, recebeu ontem, sexta-feira (9), uma comissão do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública (Sinproesemma), tendo a frente o presidente da entidade, Júlio Pinheiro. Na ocasião, o secretário apresentou para a comissão do Sindicato a sua equipe de trabalho. Também fi-

cou acertada, para a próxima semana, uma reunião entre Sindicato e Seduc. "Esperamos contar com a ajuda do Sindicato; da nossa parte nos colocamos inteiramente a disposição da entidade", disse Pedro Fernandes.

"Queremos dizer que o Sindicato não é só para cobrar, ele também se coloca a

disposição para ajudar a Seduc na busca de caminhos para valorizar todos os profissionais da Educação", disse Julio Pinheiro.

Pedro Fernandes também recebeu a visita do desembargador Froz Sobrinho, que coordena o Grupo de Monitoramento Carcerário do TJMA. O desembargador conversou,

entre outros temas, sobre O Plano de Educação Estadual nas Prisões - fruto da parceria das Secretarias de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) e de Educação (Seduc) - que beneficia, hoje, 351 apenados do sistema prisional maranhense.

Reunião - Também na sexta-feira, o secretário Pedro Fernandes realizou a primeira reunião com a nova equipe da Seduc. Ele voltou a destacar que o ensino é o foco da sua gestão e pediu a colaboração de todos para trabalharem juntos no sentido de alavancarem os índices educacionais.

"Nessa primeira reunião com a nova equipe completa estou ouvindo o que cada um tem a dizer sobre os seus setores. A partir da próxima semana partiremos para ações mais específicas", disse o secretário.

"Estamos apresentando os trabalhos desenvolvidos na nossa área para que possamos afinar com as demais superintendências", disse o secretário-adjunto de gestão Institucional, Luis Fernando Silva.

Rápidas

O Juizado
Especial Cível
e Criminal
da Comarca
de Balsas
promoveu
ontem leilão
de bens
penhorados
pela Justiça.

Corregedoria da Justiça libera 120 exames de DNA

Pedido foi feito para solucionar ações de investigação de paternidade no interior

SANTA INÊS - 120 kits para exames de DNA foram disponibilizados pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) para a 2ª Vara da Comarca de Santa Inês. A iniciativa atende à solicitação da titular da unidade, juíza Larissa Rodrigues Tupinambá Castro, ao corregedor-geral Cleones Carvalho Cunha. Além dos kits, a CGJ disponibilizou ainda um técnico para a coleta do material a ser analisado.

O trabalho de coleta (40 por dia), agendado para os dias 19, 20 e 21 deste mês, contará com o reforço de um bioquímico providenciado pela magistrada na administração pública do Município, além de um funcionário do fórum da Comarca, responsável pelo preenchimento das fichas de coleta.

Segundo a magistrada, o pedido foi feito com vistas a solucionar as ações de investigação de paternidade em tramitação na 2ª Vara, em número de 269. Para agilizar a solução dessas ações, 120 das 269 ações do tipo foram agendadas na pauta da Semana Nacional da Conciliação, que teve início quarta-feira (7) em todo o país e cujo encerramento acontecerá no dia 14.

As ações restantes envol-



Divulgação

A juíza Larissa Tupinambá

vem partes cujos endereços não são mais os informados no processo. Outras são para extinção, explica a juíza. Além das ações de paternidade, mais 117 constam da pauta do evento, entre as quais de divórcio e indenizações.

É durante as audiências que a juíza pretende tentar mais uma vez o reconhecimento espontâneo por parte dos supostos pais que são parte nas ações de investigação de paternidade.

Desde o início da Campanha Reconhecer é Amar!, que na unidade recebeu o nome de Enfim, Pai, o Resgate de uma Vida, reconhecimentos do tipo somaram 628.

Mais

Ações

Comemorando o número de reconhecimentos espontâneos registrados, a juíza Larissa Tupinambá diz que a ideia é resolver todas as ações de investigação de paternidade até o próximo dia 14, quando se encerram os trabalhos da Semana da Conciliação.

Exame

No futuro, exames de DNA na unidade contarão com o trabalho de dois técnicos da Vara treinados na coleta de material. O treinamento aconteceu no dia 1º deste mês, no Laboratório Forense.

Alunos - Para chegar a esse resultado, no início da campanha as escolas da rede pública de Santa Inês foram solicitadas a enviar ao Juízo a relação de alunos em cuja ficha não consta o nome do pai.

Com base nessas listas, as mães de alunos na situação referida foram intimadas a comparecer à 2ª Vara com o fim de informar o nome do suposto pai do aluno, depois do que esses supostos pais foram notificados a comparecer ao fórum. Em maio, uma caminhada com saída do fórum da comarca para a Maçonaria e o deslocamento do cartório para o destino reforçaram a campanha.

Estado Maior

Reaberto debate sobre a criação de municípios

O deputado Rigo Teles (PV) reabriu a discussão sobre a criação de municípios no Maranhão, hoje impedida porque a prerrogativa é da Câmara Federal. Já se esperava que o tema fosse retomado pelos deputados, mas o debate foi antecipado por Rigo Teles. **Política 3**

Emancipações em pauta

Em meio à poeira das eleições municipais, que ainda está baixando, o deputado Rigo Teles (PV) reabriu ontem o debate sobre a criação de municípios, um tema que, para muitos, deve dominar as discussões políticas e parlamentares no ano que vem. Mesmo considerando o fato de que no momento a Assembleia Legislativa não dispõe de instrumentos legais para viabilizar emancipações, Teles pediu ao presidente da Comissão de Assuntos Municipais, Carlinhos Florêncio (PHS), que retome imediatamente o processo emancipatório fazendo andar processos já em tramitação na Casa.

Rigo Teles baseou sua sugestão na necessidade da redivisão política e administrativa do Maranhão, que hoje conta com apenas 217 municípios espalhados num território de 331 mil quilômetros quadrados - *grosso modo*, média de 1.525 quilômetros quadrados por município. Ele acha que o parlamento estadual não pode cruzar os braços em relação à criação de municípios, por se tratar de um tema que, avalia, "interessa a milhares de maranhenses". E está motivado pela convicção de que muitos povoados têm condições de se tornar municípios.

O problema é que a Resolução Legislativa que assegurava as providências iniciais para criações de municípios foi bombardeada na Justiça pela OAB, e não sobreviveu: o Tribunal de Justiça (TJ) a declarou inconstitucional. A Assembleia Legislativa recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do TJ, mas até agora não obteve resposta.

Diante do vazio legal causado pela pancada judicial, a iniciativa do deputado Rigo Teles foi, no final das contas, um apelo à retomada das discussões internas, para manter o assunto vivo, apesar das dificuldades formais para justificar um debate em defesa da agilização do processo emancipatório, mesmo antes de o Congresso Nacional aprovar lei complementar fixando as novas regras. Só que não há previsão para a aprovação dessas normas nem da manifestação do STF.

Com o projeto de resolução, a Mesa Diretora definiu os critérios para a criação de municípios. Ficou estabelecido que os povoados que pretendiam se emancipar teriam de apresentar um estudo de viabilidade, onde seria levado em conta a população, o número de eleitores, de imóveis, viabilidade econômico-financeira, político-administrativa, entre outros.

A falta de instrumentos legislativos para criar municípios não invalida a discussão sobre a redivisão política e administrativa do Maranhão. E nesse ponto o deputado Rigo Teles acertou em cheio.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, e o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, desembargador José Luis Oliveira e Almeida, inauguram, dias 12 e 13 de novembro, os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.



AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33135/2012
Processo nº 33135/2012

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, do Decreto Federal nº 5.450/05, dos Decretos Estaduais nº 26.645/10 e nº 24.628/08, Resolução nº 18/04-TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Tipo Menor PREÇO, por LOTE**, para **para a Aquisição de componentes e peças para servidores instalados no Data Center do TJ para implantação do PJE**, no dia **28/11/2012, às 10:00 horas (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65036-710, São Luis – MA. O pregoeiro informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luis, 08 de novembro de 2012.

Fernando Marcelo Aramaki Fernandes
Pregoeiro TJ/MA

Advogada ameaçada de morte pede proteção a OAB (I)

A presidente em exercício da OAB/MA, Valéria Lauande, e o secretário-geral, Carlos Couto, reuniram-se nesta quinta-feira com os delegados Paulo Sérgio Aguiar e Joviano Furtado, representando a Secretaria de Segurança do Estado, com os membros da Comissão de Direitos Humanos da Ordem, Rafael Silva e presidente da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), Luís Pedrosa, com a advogada Ednalva Coelho, em razão da denúncia de ela estar sofrendo ameaças de morte por parte de grileiros que atuam na Vila Maranhão. Na ocasião, a Seccional deu total apoio à profissional e pediu providências aos órgãos de segurança do Estado.

Advogada ameaçada de morte pede proteção a OAB (II)

A advogada explicou que as ameaças de morte tiveram início há 20 dias, quando percebeu que estava sendo seguida, e se intensificaram essa semana quando dois homens, dizendo-se a mando de um grande empresário, estiveram em seu escritório. Na ocasião, os dois homens disseram a Ednalva, em tom de ameaça, que ela teria que "segurar" os processos em que atua na defesa da Associação da Vila Tiradentes, localizada na Vila Maranhão, por meio dos quais defende a comunidade que tem a posse da terra há mais de 15 anos e, que foi surpreendida, por ação de reintegração de posse proposta pelos supostos proprietários. "Eles me disseram que vão entrar com os tratores e quem reagir vai levar "chumbo", relatou a advogada. O problema se agravou porque Ednalva tem obtido decisões favoráveis à manutenção das quase mil famílias na área de mais de 200 hectares localizada na Vila Maranhão. Inconformados, os supostos proprietários da terra, passaram a segui-la e ameaçá-la. "Eles sabem tudo sobre a minha vida: onde moro, qual igreja frequento e acompanham a minha rotina", disse.

Advogada ameaçada de morte pede proteção a OAB (III)

Há suspeitas de que haja um grupo de grileiros atuando naquela região. Por esta razão, a OAB vai representar junto à secretaria de segurança pública solicitando providências no sentido de garantir segurança à advogada ameaçada e para que haja uma investigação na área sobre possível esquema de grilagem. A OAB/MA também vai oficial junto à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Maranhão solicitando apuração das fraudes cartorárias e solicitar que o Núcleo de Regularização Fundiária da Defensoria Pública do Estado assuma a defesa processual da comunidade. "A OAB/MA tem o compromisso institucional de garantir a proteção a qualquer advogado ameaçado no exercício da profissão e estamos atentos a essa situação", declarou Valéria Lauande.

CASO DÉCIO SÁ

O FRETE DA MORTE

MOTOQUEIRO RECEBEU R\$ 7 MIL PARA CONDUZIR MATADOR DO JORNALISTA

Marcos Bruno Silva de Oliveira (**foto**) foi apresentado pela Polícia Civil do Maranhão na tarde de ontem. Ele foi preso na última quarta-feira após ter confessado que participou da organização criminosa que planejou e executou a morte do jornalista Décio Sá, em 23 de abril. De acordo com as informações da polícia, Marcos Bruno recebeu a quantia de R\$ 7 mil para transportar Jhonatan de Sousa Silva, assassino confesso de Décio, à barraca, na Avenida Litorânea, que serviu de cenário para o crime. A polícia também informou que, após a prisão de Marcos Bruno, só resta apenas um foragido envolvido no caso.

URBANO



CASO DÉCIO SÁ

Motoqueiro da execução

Durante operação para desbaratar quadrilha de hackers, polícia prende Marcos Bruno Silva, acusado de ter transportado assassino do jornalista Décio Sá

AUGUSTO DO NASCIMENTO E
ISMAEL ARAÚJO

Na manhã de ontem, a Polícia Civil do Maranhão apresentou, na sede da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP), na Vila Palmeira, Marcos Bruno Silva de Oliveira, de 28 anos, preso na última quarta-feira, o qual confessou ter participado do consórcio criminoso que resultou na morte do jornalista Décio Sá, no dia 23 de abril. De acordo com o secretário-adjunto, Laércio Costa, foi Marcos Bruno quem conduziu a moto que levou o executor confesso do homicídio, Jhonatan de Souza Silva, à barraca na Avenida Litorânea, que serviu de cenário do crime.

Marcos Bruno de Oliveira disse em depoimento à polícia ter recebido a quantia de R\$ 7 mil para participar da trama que levou à morte do jornalista e, após o homicídio, passou uma temporada refugiado na cidade de Mimoso, no estado do Espírito Santo. *Natural de Bacabal*, Marcos Bruno já tinha morado no Espírito Santo, onde até hoje reside a família dele.

Laércio Costa informou que, com a prisão de Marcos Bruno de Oliveira, em um hotel no Calhau, o único envolvido na quadrilha que permanece em liberdade é Shirliano Graciliano de Oliveira, conhecido como "Balão" e cunhado de Marcos Bruno.

Laércio Costa disse que, antes de ser capturado, o preso tinha conseguido escapar de dois cercos realizados por agentes da Seic com apoio de policiais do Espírito Santo, e seguido à cidade de Paraupabas, no Pará, onde passou a colaborar com uma quadrilha de hackers, a qual realizava crimes cibernéticos, como a clonagem de cartões bancários e de crédito. Marcos Bruno teria trazido os outros três integrantes do grupo para praticar os delitos em São Luís, e os mesmos já vinham sendo monitorados pela polícia, acabando presos na última quarta-feira.

Segundo o superintendente da Seic, Augusto Barros, a operação policial que levou à prisão de Marcos Bruno foi realizada pelo Departamento de Combate a Crimes Tecnológicos, sob o comando do delegado Breno Galdino. As investigações que identificaram o condutor da moto vinham inicialmente monitorando a quadrilha de hackers instalada em uma casa no bairro Cohafuma, a qual foi alugada para servir de abrigo dos eletrodomésticos e equipamentos adquiridos com o uso ilegal de cartões clonados. Com a prisão dos envolvidos, os quais foram autuados por estelionato, esse material foi apreendido pela polícia, juntamente com dois carros de luxo, duas motos e a máquina que falsificava os cartões.

Ida e vinda

Augusto Barros esclareceu que Marcos Bruno deixou o Maranhão após a prisão de Jhonatan de Souza Silva, em junho, mas, até a fuga para o Espírito Santo, tinha vivido em diversas partes da capital maranhense, como Parque Timbiras, Turu e Araçagi, neste último local alojado em uma propriedade de Raimundo Sales Charles Júnior, o "Júnior Bolinha", acusado de ser um dos mandantes do assassinato de Décio Sá. Com a identificação do envolvimento de Marcos Bruno na quadrilha de hackers, como integrante que obtinha as informações de cartões de crédito de clientes de estabelecimentos comerciais, a equipe da Seic teria chegado a passar cerca de 48 horas em campanha na frente do hotel onde ocorreu a prisão.

O crime

O jornalista Décio Sá foi morto na noite do dia 23 de abril, no bar Estrela do Mar, na Avenida Litorânea, Praia de São Marcos, por volta das 22 horas. Décio foi atingido por cinco tiros na cabeça e nas costas, tendo como executor Jhonatan de Sousa e mandantes os empresários que praticariam agiotagem, cujo grupo tem como integrantes José de Alencar e Gláucio Alencar (pai e filho) e Júnior 'Bolinha'.

PERSONAGENS DO ASSASSINATO

ALDENÉSIO DÉCIO LEITE DE SÁ: conhecido como Décio Sá, jornalista e blogueiro, morto com cinco tiros, no bar Estrela do Mar, na Litorânea, no dia 23 de abril.

JHONATAN DE SOUSA SILVA, de 24 anos: executou o jornalista; preso no dia 5 de junho, no Turu, em companhia de Gleyson Marcena de Sousa, de 26 anos.

JOSÉ DE ALENCAR MIRANDA CARVALHO: 72 anos; agiota; preso no dia 13 de junho, no Calhau; e financiou uma parte do dinheiro para matar o jornalista.

GLÁUCIO ALENCAR PONTES CARVALHO: 34 anos; agiota; preso no dia 13 de junho, no edifício New York, na Ponta do Farol; financiou uma parte do dinheiro para matar o jornalista

AIRTON MARTINS MONROE: 24 anos; integrante da quadrilha; apresentou Jhonatan de Sousa para Júnior Bolinha; foi preso no dia 13 de junho, no Terminal da Integração do São Cristóvão

JOSÉ RAIMUNDO SALES CHAVES JÚNIOR: JÚNIOR BOLINHA; 38 anos; preso no dia 13 de junho, no Jardim Eldorado; pagou ao executor uma quantia de R\$ 20 mil e ficou ainda com R\$ 80 mil. É intermediário pelas negociações da agiotagem entre gestores municipais e Gláucio e José de Alencar

FÁBIO AURÉLIO DO LAGO E SILVA: BUCHECHA; de 32 anos; preso no dia 13 de junho, na Chácara Brasil, no Turu; faz parte da quadrilha

FÁBIO AURÉLIO SARAIVA SILVA, O FÁBIO CAPITA: capitão da Polícia Militar. No momento, exercia a função de subcomandante do Batalhão de Choque e era amigo de Júnior Bolinha. Seria ele quem emprestou a arma para matar o jornalista, inclusive, as munições eram de lote vendido para a PM.

MARCOS BRUNO SILVA DE OLIVEIRA, de 28 anos, preso na última quarta-feira, que levou o executor do jornalista

SHIRLIANO GRACIANO DE OLIVEIRA, "BALÃO", ELKER FARIAS VELOSO, "DIEGO" E "NEGUINHO": Outros envolvidos identificados pela polícia no crime.

CRONOLOGIA DAS PRISÕES

DIA 5 DE JUNHO: Ocorreu a prisão de Jhonatan de Sousa Silva em companhia de Gleyson Marcena de Sousa. Eles foram presos em uma residência de luxo, localizada na Rua General Artur Carvalho, no Turu. Em poder da dupla, a polícia encontrou 10 quilos de crack prontos para serem comercializados, uma máquina de prensar a droga, uma escopeta calibre 12 e uma pistola ponto 40.

DIA 12 DE JUNHO: a Justiça do Maranhão decretou a prisão de José de Alencar Miranda Carvalho, Gláucio Alencar Pontes Carvalho, Airton Martins Monroe, José Raimundo Sales Chaves Júnior, o "Júnior Bolinha", Fábio Aurélio do Lago e Silva, o "Buchecha", e do capitão da Polícia Militar Fábio Aurélio Saraiva Silva, "Fábio Capita".

DIA 7 DE NOVEMBRO: A prisão de Marcos Bruno Silva de Oliveira. Segundo a polícia, apenas Shirliano Graciliano de Oliveira, conhecido como "Balão", está em liberdade.



...conduzida por Marcos Bruno de Oliveira, que atuava como apoio logístico do grupo da agiotagem: missão custou R\$ 7 mil



Jhonatan Silva foi contratado pelo consórcio de agiotas para executar Décio Sá: transporte até o local foi feito em motocicleta...

DIVULGAÇÃO



HOMEM MORDE BOCA E ORELHA DA ENTEADA

Juniel Sousa Rocha foi preso ontem à tarde pela polícia, sob a acusação de ter mordido orelha e boca de sua enteada (**foto**) na frente da mãe da criança, que tem apenas 11 meses de vida.

URBANO 2

ESMAEL ARAÚJO/OIMP/D.A.PRESS



ATAQUE A DENTADAS

A polícia prendeu, ontem, Juniel Rocha Sousa, sob a acusação dele ter mordido orelhas e boca da enteada de 11 meses, em frente da mãe do bebê, Maria Rita Sousa.

Urbano 2

CRIANÇA

Agressão a dentadas

Após discutir com a companheira, Juniel Rocha mordeu enteada de 11 meses na boca e orelhas. Ontem, foi preso, e as crianças, levadas para uma casa-abrigo

ISMAEL ARAÚJO

Orelhas e boca com marcas de mordidas, choro, dor e o desejo de estar sempre no colo da mãe. Estas são algumas das características de Emília, nome fictício, de apenas 11 meses, que foi mordida pelo padrasto, Juniel Rocha Sousa, o "Juca", de 26 anos, dentro de casa, na Rua Nova Esperança (Pedrinhas), na frente da sua genitora, identificada como Maria Rita Sousa Lima, de 22 anos. Esse caso, que ocorreu na noite da última quinta-feira, acabou aumentando o número de casos de violência contra criança e adolescentes maranhenses. De acordo com os dados do Disque-Denúncia (3223-5800), o Maranhão é o quinto estado do país em registros de violência contra o público infantil. Somente neste ano, foram registrados 4.686 casos, ou seja, 5,7% do total de denúncias em todo o Brasil. Apenas atos de violência sexual somaram 1.551 e, deste total, São Luís foi campeã, com 507 de abuso e 91 de exploração sexual. Em segundo, a cidade de São José de Ribamar com 35 casos de abuso e seis de exploração.

"Tive uma noite agoniada sentindo na pele a dor que a minha filha estava sentindo, ou seja, dores das marcas deixadas pelo dente do meu marido no corpo dela", disse Maria Rita. Ela falou que, no começo da noite de quinta-feira, o seu marido chegou em casa, mas não estava embriagado. Nesse momento, ocorreu uma discussão entre ela e o

esposo pelo fato dele não concordar em ninguém sair de casa, principalmente, no período da noite.

Ela afirmou que ele estava com muita raiva. Então, pegou a criança no colo, que estava sentada no chão, e começou a mordê-la. Somente a deixou quando vizinhos chegaram ao local e disseram que iriam chamar a polícia. Após esse momento, a criança foi acalmada pela mãe, mas passou a noite toda em estado de choro, pois, segundo a mãe, sentia muitas dores devido aos ferimentos que estavam na orelha e na boca.

Maria Rita também falou que mora com o agressor há cinco meses. Além dos seus dois filhos pequenos – uma de 11 meses e o outro de 7 anos –, ela cria duas filhas dele, uma de 7 anos e outra de 9 anos.

Conselheiros em ação

Na manhã de ontem, os vizinhos acionaram os membros do Conselho Tutelar que, acompanhados pela Polícia Militar, foram até o local. De acordo com a conselheira da área da zona rural Raimunda Oliveira, eles receberam a informação via Disque-Denúncia que uma criança de 11 meses tinha sido agredida fisicamente pelo padrasto e corria risco de morte. O agressor era acostumado deixar todos da sua família presos dentro de casa.

No local, os conselheiros encontraram a criança sentada no chão e com as marcas de violência. Já o agressor afirmou que estava arrependido pela ação criminoso que tinha cometido. Ele foi levado para

a Delegacia Especializada na Proteção da Criança e do Adolescente (DPCA), na Beira-Mar, onde foi ouvido pela delegada Maria do Carmo Sousa. Apenas neste ano, a delegacia registrou 1.695 casos relacionados à violência infanto-juvenil. A conselheira também informou que, ainda na tarde de ontem, a criança foi submetida a exame de corpo de delito. O agressor vai responder por lesão corporal e ficará à disposição da Justiça. Enquanto isso, as crianças vão ser levadas para uma casa-abrigo.

4.686

casos de violência contra a criança e o adolescente no Maranhão



Tive uma noite agoniada e sentindo na pele a dor que a minha filha estava sentindo, ou seja, dores das marcas deixadas pelo dente do meu marido no corpo dela

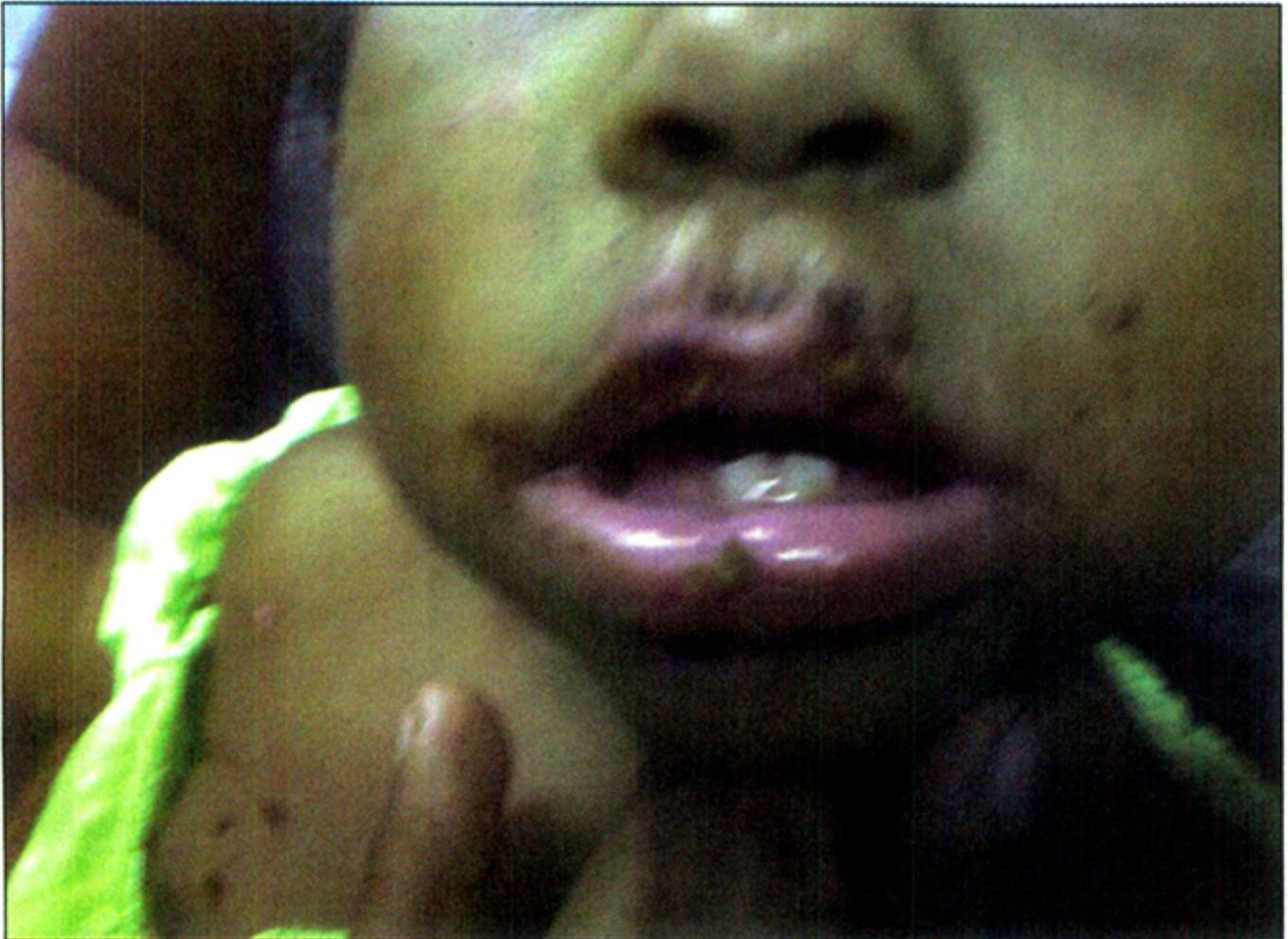
Maria Rita, mãe da criança, de 11 meses

MEMÓRIA

Agressões da babá

● No último dia 1º, a babá Maria da Conceição Costa Galvão, de 21 anos, retornou à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), na Beira-Mar, para prestar esclarecimentos. Ela é acusada de maus-tratos a um bebê de um ano e dez meses, que estava sob seus cuidados. A agressão foi registrada pelas câmeras de segu-

rança da residência, no Renascença II. A babá está detida em Pedrinhas sob acusação de crime de tortura. Maria da Conceição está em uma cela individual, medida da delegacia para que ela não sofresse agressão das demais presas. Pelo código das detentas, não são tolerados crimes contra menor e estupro a mulheres.



Criança de 11 meses teve os lábios feridos devido às mordidas dadas pelo padrasto, que diz estar arrependido pela agressão

Casa de proteção

Criada em 1999, a casa abrigo já atendeu 621 mulheres e 1.016 crianças e adolescentes até março de 2012. O trabalho da casa está vinculado à Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça, presidida pela desembargadora Nelma Sarney.



A orelha do bebê também ficou lesionada pela agressão de Juniel Rocha Sousa

Deputado cobra posição sobre criação de novos municípios no estado

O deputado Rigo Teles (PV) voltou a abrir os debates acerca da polêmica criação dos novos municípios no estado do Maranhão, que podem ser instituídos por força de Projeto de Resolução da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, de 19 de abril de 2011, assinado pelos deputados Arnaldo Melo (presidente), Hélio Soares (1º secretário) e Jota Pinto (2º secretário).

Durante pronunciamento na tribuna da Assembleia Legislativa, Rigo Teles pediu que o presidente da Comissão de Assuntos Municipais, deputado Carlinhos Florêncio (PHS), coloque em pauta a criação dos novos municípios, porque 2013 é um ano neutro (não eleitoral) e favorece os debates sobre o polêmico assunto, que interessa milhares de maranhenses, que almejam um dia ver seus devidos povoados emancipados.

O parlamentar informou que todos os povoados e distritos que apresentaram documentação na Assembleia estão ansiosos para conseguir a emancipação. “Esta Casa tem que dar uma resposta. Com assento na Assembleia há 14 anos,

sempre lutei pela criação de novos municípios. Temos certeza que muitos povoados e distritos maranhenses têm condições de se tornar municípios”, afirmou Teles.

Com o projeto de resolução, a Mesa Diretora definiu os critérios para a criação de municípios. Ficou estabelecido que os povoados que pretendiam se emancipar teriam de apresentar um estudo de viabilidade, onde seria levado em conta a população, o número de eleitores, de imóveis, viabilidade econômico-financeira, político-administrativa, entre outros.

Inconstitucionalidade

– Porém, até hoje a criação dos municípios está sob responsabilidade da Câmara dos Deputados, que vem sendo pressionada a repassar a questão às Assembleias Legislativas. Com isso, em julho desse ano o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA) julgou inconstitucional a resolução que regulamentava a criação de mais novos municípios, conforme desejava a Assembleia Legislativa do Maranhão.

OAB/MA pedirá providências para caso de advogada ameaçada de morte

HANDSON CHAGAS

A presidente em exercício da OAB/MA, Valéria Lauande, e o secretário-geral, Carlos Couto, reuniram-se nesta quinta-feira com os delegados Paulo Sérgio Aguiar e Joviano Furtado, representando a Secretaria de Segurança do Estado, com os membros da Comissão de Direitos Humanos da Ordem, Rafael Silva e Luís Pedrosa, com a advogada Ednalva Coelho, em razão da denúncia de ela estar sofrendo ameaças de morte por parte de grileiros que atuam na Vila Maranhão. Na ocasião, a Seccional deu total apoio à profissional e pediu providências aos órgãos de segurança do Estado.

A advogada explicou que as ameaças de morte tiveram início há 20 dias, quando percebeu que estava sendo seguida, e se intensificaram essa semana quando dois homens, dizendo-se a mando de um grande empresário, estiveram em seu escritório. Na ocasião, os dois homens disseram a Ednalva, em tom de ameaça, que ela teria que "segurar" os processos em que atua na defesa da Associação da Vila Tiradentes, localizada na Vila Maranhão, por meio dos quais defende a comunidade que tem a posse da terra há mais de 15 anos e, que foi surpreendida, por ação de reintegração de posse proposta pelos supostos proprietários. "Eles me disseram que vão entrar com os tratores e quem reagir vai levar "chumbo", relatou a advogada.

O problema se agravou porque Ednalva tem obtido decisões favoráveis à manutenção das quase mil famílias na área de mais de 200



Membros da diretoria da OAB/MA e representantes da SSP durante reunião com a advogada

hectares localizada na Vila Maranhão. Inconformados, os supostos proprietários da terra, passaram a segui-la e ameaçá-la. "Eles sabem tudo sobre a minha vida: onde moro, qual igreja frequento e acompanham a minha rotina", disse.

Há suspeitas de que haja um grupo de grileiros atuando naquela região. Por esta razão, a OAB vai representar junto à secretaria de segurança pública solicitando pro-

vidências no sentido de garantir segurança à advogada ameaçada e para que haja uma investigação na área sobre possível esquema de grilagem. A OAB/MA também vai oficiar junto à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Maranhão solicitando apuração das fraudes cartorárias e solicitar que o Núcleo de Regularização Fundiária da Defensoria Pública do Estado assumam a defesa processual da comunidade.

"A OAB/MA tem o compromisso institucional de garantir a proteção a qualquer advogado ameaçado no exercício da profissão e estamos atentos a essa situação", declarou Valéria Lauande. Já o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA, Luís Pedrosa, disse que o caso será acompanhado pela Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA e pela sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

CGJ-MA no VI Encontro Nacional do Judiciário

RIBAMAR PINHEIRO/TJ-MA

Nesta semana, a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão esteve presente no VI Encontro Nacional do Judiciário, em Aracaju (SE), nos dias 5 e 6 de novembro.

Além do corregedor-geral, Cleones Cunha, participaram, representando a Justiça de 1º grau do Maranhão as juízas Marcela Lobo (Cedral), Teresa Cristina Mendes (auxiliar da capital) e o juiz Paulo de Assis Ribeiro (Guimarães).

Também presentes no encontro o presidente do TJ-MA, des. Guerreiro Jr., e os desembargadores José Bernardo Rodrigues e Froz Sobrinho.



Magistrados maranhenses no VI Encontro Nacional do Judiciário

■ Centros judiciários

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, o corregedor-geral da Justiça, des. Cleones Carvalho Cunha, e o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, des. José Luis Oliveira e Almeida, inauguram, nos dias 12 e 13 de novembro, os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, nas seguintes datas e locais:

Os centros de conciliação vão atender partes envolvidas em conflito antes da ação ter sido ajuizada na Justiça (fase pré-processual) e também naquelas já em andamento (fase processual). Conciliadores ou mediadores vão facilitar o entendimento entre as partes, com vistas a solucionar a demanda.

TJ-MA é o 4º do país em menor congestionamento processual

O relatório "Justiça em Números 2012", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), situa o Poder Judiciário do Maranhão em posição favorável quanto à movimentação processual e produtividade. O documento aponta que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), considerando 1º e 2º graus, obteve "destaque positivo" em três indicadores.

O total de processos baixados no ano passado foi superior em 3% ao total de casos novos no Tribunal, com aumento significativo da ordem de 79% em 2011 em relação ao ano anterior.

Outro indicador satisfatório foi a baixa da taxa de congestionamento – percentual de processos que não foram solucionados durante o ano –, que apresentou redução de 13 pontos percentuais em relação a 2010, situando o TJ-MA em 4º lugar no ranking nacional e 1º na região Nordeste. O desempenho favorável nessas áreas repercutiu entre desembargadores.

"Os números apontam que o Judiciário do Maranhão cresceu em produtividade e na qualidade de serviços prestados aos jurisdicionados. Essa conquista é de todos os magistrados e consolida investimentos expressivos em tecnologia de ponta e na qualificação dos nossos servidores", avalia o presidente do TJ-MA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior.

"Estamos todos de parabéns: desembargadores, juízes e servidores", afirma o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha. Para o juiz auxiliar da presidência, José Nilo Ribeiro Filho, esse desempenho resulta da gestão dos serviços: "Em que pesem as dificuldades enfrentadas pelo Judiciário maranhense, os números mostram que as medidas tomadas pela administração da Justiça no Estado, no sentido de aprimorar a prestação jurisdicional, estão no rumo certo", disse.

Alerta – O relatório alerta sobre três pontos que o TJ-MA deve "melhorar": a taxa de congestionamento

relacionada às Turmas Recursais, que julgam recursos contra decisões dos juizados, aumentou 29 pontos percentuais entre 2010 e 2011. Houve ainda aumento considerável do estoque dos processos (35%) nesse período e, apesar do aumento do indicador de processos baixados por casos novos, o primeiro grau (comarcas) baixou 6% menos processos que os ingressados em 2011.

Na relação entre população e recursos humanos, o TJ-MA ficou entre os tribunais que possuem menor relação entre o número de magistrados (4.1) e servidores (72) por cem mil habitantes. Nessa mesma equação, a quantidade de processos novos foi de 3.409, uma das menores do país. Os maiores estados das regiões Sul e Sudeste concentram a maior demanda judicial.

Podem ser observados no "Judiciário em Números" dados orçamentários, produtividade, recursos humanos e o julgamento dos processos nas fases de conhecimento e execução. Não há dados sobre o tempo de duração dos processos – a maior queixa da população.

Na avaliação geral, o levantamento conclui que em 2011 "a população buscou mais o Poder Judiciário do que nos anos anteriores". Enquanto o total de processos ingressados na Justiça em todo o país aumentou 7%, a população brasileira cresceu menos de 1%.

O relatório afirma que o maior problema encontrado pelo Poder Judiciário nos estados está na liquidação do estoque processual, ao analisar que, em geral, a Justiça estadual tem sido capaz de baixar os processos em quantidade equivalente ao total que ingressa.

Grande parte da dificuldade na baixa dos processos foi atribuída à fase da execução. Dos 70 milhões de processos que tramitaram em 2011, quase a metade (46%) se encontra na fase de execução – a maioria fiscal. (*Ascom do TJ-MA*)



Tribunal teve destaque positivo em três indicadores